



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

João Paulo Oliveira Silva

**Análise Comparativa Entre as Histórias de Vida de Jovens
Delinquentes e de Jovens “Normativos”: Serão Assim Tão Diferentes?**

Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora Ana Rita Conde

Porto

Outubro 2017

Análise Comparativa Entre as Histórias de Vida de Jovens Delinquentes e de Jovens
“Normativos”: Serão Assim Tão Diferentes?

Análise Comparativa Entre as Histórias de Vida de Jovens Delinquentes e de Jovens
“Normativos”: Serão Assim Tão Diferentes?



João Paulo Oliveira Silva

Análise Comparativa Entre as Histórias de Vida de Jovens Delinquentes e de Jovens
“Normativos”: Serão Assim Tão Diferentes?

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia

09/10/2017, perante o júri seguinte:

Presidente: Professor Doutor Diogo Lamela

Arguente: Professora Doutora Joana Moura

Orientadora: Professora doutora Ana Rita Conde

Porto

Outubro 2017

Agradecimentos

Para a concretização deste objetivo que me coloraram, que tinha como meta a conclusão do ensino superior e correspondente grau académico fosse possível, foi necessário a colaboração, o empenho, sacrifício e suporte de várias pessoas, que de certo modo contribuíram para o meu sucesso. Desde já, deixo o meu mais sincero obrigado a todos/as! Dirijo-me com especial apreço àqueles que estiveram diretamente envolvidos neste meu desafio.

A Deus por me ter dado saúde e força para superar as dificuldades.

À minha mulher e aos meus filhos, pelo apoio que sempre me deram mesmo nos momentos em que as dificuldades aumentavam, incentivando a continuar e não desistir. Pelo sacrifício que foi aguentar estes anos a cuidar dos nossos filhos sozinha para tudo. Pela paciência que tiveram comigo quando ficava nervoso e ansioso nas alturas de testes.

À minha mãe, que esteve sempre presente. Aos meus sogros que igualmente me apoiavam incessantemente a continuar e disponíveis para ajudar no que fosse preciso.

À minha cunhada Fernanda e à minha mulher que foram quem acreditaram que era possível eu tirar um curso superior, inscrevendo-me na Universidade Lusófona.

Às minhas irmãs, cunhados e sobrinhos que direta ou indiretamente, também que apoiaram e ajudaram em algumas investigações inerentes ao curso.

À professora Dra. Ana Rita Conde, por todo o seu apoio, disponibilidade e atenção nas orientações e ajudas ao longo deste trabalho, pela sua exigência e transmissão de conhecimentos que me proporcionou, que de certa forma me ajudaram na realização do presente trabalho.

Aos vários colegas de curso em geral que me acompanharam, em especial ao Nuno, Teresa, Paulo, Diana e Carlos pela partilha, troca de experiências e apoio mútuo que sempre transmitimos uns aos outros.

E à Universidade Lusófona do Porto e seu corpo docente que me abriram uma janela onde hoje vislumbro um novo horizonte.

Resumo

Há um contínuo entre o que é considerado uma adolescência “normativa”, da qual o desvio faz parte, até à adoção de comportamentos antissociais e “delinquentes”.

A literatura tem-se focado ou na adolescência ou na delinquência, não havendo estudos que procurem articular estas duas dimensões, ou seja, analisar comparativamente adolescentes com comportamentos delinquentes e adolescentes “normativos”. Assim, no presente estudo procura-se comparar as histórias de vida de jovens delinquentes e de jovens “normativos”, no sentido de compreender este contínuo e tentar identificar o que os distingue. Para tal, entrevistaram-se 9 jovens institucionalizados em centros educativos (que cometeram crimes) e 9 jovens da comunidade sem historial de comportamento criminal. Utilizou-se a entrevista semi-estruturada “A história de vida” (The Life Story Interview”, Dan. P. McAdams 2008), sendo administrada individualmente. Utilizou-se como metodologia de análise das entrevistas a análise temática, recorrendo ao Nvivo 10. Os resultados indicam algumas diferenças mas também semelhanças entre os jovens: na história de vida dos jovens delinquentes os comportamentos desviantes é um tema que se destaca, enquanto que na dos jovens normativos há um foco no tema das atividades de lazer. Distinguem-se também ao nível do aproveitamento e percurso escolar. No entanto, ambos destacam e valorizam a família e o grupo de pares. Estes temas são discutidos e comparados tendo por base o que a literatura indica sobre os fatores de risco e os fatores protetores para a delinquência.

Palavras-chave: adolescência; comportamento normativo; desvio; delinquência; histórias de vida

Comparative Analysis Among the Life Stories of Young Offenders and "Normative"
Young People: Will They Be So Different?

Abstract

There is a continuum between what is considered a "normative" adolescence, from which deviation forms part, to the adoption of antisocial and "delinquent" behavior.

The literature has focused either on adolescence or delinquency, and there are no studies that attempt to articulate these two dimensions, that is, to comparatively analyze adolescents with delinquent and "normative" adolescent behaviors. Thus, the present study seeks to compare the life histories of delinquent young people and "normative" young people, in order to understand this continuum and try to identify what distinguishes them. For this, we interviewed 9 young people institutionalized in educational centers (who committed crimes) and 9 young people of the community without history of criminal behavior. The semi-structured interview "The Life Story Interview", (Dan P. McAdams 2008), was administered individually. The methodology used to analyze the interviews was the thematic analysis, using the Nvivo 10. The results indicate some differences but also similarities among young people: in the life history of delinquent youth, deviant behavior is a theme that stands out, while in the of normative young people there is a focus on the theme of leisure activities. They also distinguish themselves in terms of achievement and school progress. However, both highlight and value the family and peer group. These themes are discussed and compared based on what the literature indicates about risk factors and protective factors for delinquency.

Keywords: adolescence; normative behavior; Detour; delinquency; Life stories

Índice

1.	Introdução	8
2.	Enquadramento Teórico	9
2.1	Da adolescência “normativa” à adolescência “delinquente”	10
2.2	Fatores de risco vs. fatores protetores para a delinquência	13
2.3	Fator da Resiliência	16
3.	Objetivos e Questões de Investigação	17
4.	Método	18
4.1	Participantes	18
4.2	Procedimentos	22
4.3	Materiais/Instrumentos/medidas	22
4.4	Metodologia de análise	23
5.	Resultados	23
6.	Discussão dos Resultados	36
7.	Conclusão	39
8.	Considerações Finais	43
9.	Referências	44

Introdução

Ao analisar a literatura existente sobre estudos entre jovens delinquentes e normativos, é fácil concluir que poucas investigações existem sobre o este fenómeno da delinquência juvenil comparativamente a jovens normativos da mesma idade que não desenvolveram trajetórias desadaptativas, uma vez que se revela como uma problemática multidimensional abrangendo um distinto conjunto de fatores e de dinâmicas que o tornam um fenómeno de enorme complexidade. O fenómeno da delinquência juvenil é um problema social sério, que requer intervenções imediatas, quer ao nível da prevenção quer no que concerne ao acompanhamento dos jovens. Os jovens podem ter diferentes trajetórias de vida, em função das suas condições de vida e das suas próprias escolhas. Assim, e considerando o que a literatura aborda sobre os diversos fatores de risco para a delinquência juvenil, este estudo tenta perceber que fatores de risco, de proteção ou as capacidades resilientes que estes jovens podem ter ou não, para desenvolverem diferentes trajetórias adaptativas ou desadaptativas.

Enquadramento teórico

Definição de Adolescência

Antes de abordar qualquer outro conceito, é importante falar da adolescência, conceito esse que se relaciona com o tema deste estudo.

A palavra adolescência vem do latim *adolescere*, que significa crescer. Segundo Melvine Wolkmar (1993), a palavra adolescência foi utilizada pela primeira vez na língua inglesa em 1430, referindo-se às idades de 14 a 21 anos para os homens e 12 a 21 anos para as mulheres (Ferreira, Farias & Silveiras, 2010).

Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre 10 e 19 anos (*adolescents*) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos (*youth*), critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos. Usa-se também o termo jovens adultos para englobar a faixa etária de 20 a 24 anos de idade (*young adults*) (Einstein, 2005).

Segundo Stanley Hall (1904), a adolescência seria um período de tempestade e *stress*, um momento de turbulência universal e inevitável. Anna Freud (1969), por exemplo, via a adolescência como um distúrbio de desenvolvimento universal, biologicamente fundado. Erik Erikson (1950, 1959) considerou o período em que um plano de maturação matrimonial herdado resultou na inevitável crise psicossocial de identidade versus confusão de papéis (Lerner & Steinberg, 2009).

Na literatura psicológica mais recente, a representação da adolescência como uma condição inevitável de sofrimento e de “crise” foi abandonada, a adolescência como sendo um processo absoluto que, devido ao facto de estar ligado à maturação fisiológica e aos problemas que dela derivam, em diferentes períodos históricos e em diferentes culturas, está cada vez mais desacreditada. Nesta perspetiva, a adolescência não é nem a conclusão da fase de desenvolvimento, nem um período de instabilidade que precede a estabilidade da idade, pelo contrário, muitas outras épocas de transição ocorrem ao longo do ciclo de vida, que podem ser difíceis e problemáticas, podem ser encontradas na idade adulta, na maturidade ou na velhice. Mais recentemente, a adolescência tem sido conceptualizada como um período de tempo dinâmico e positivo de reorganização e um

ponto de viragem no processo de desenvolvimento de cada indivíduo (Bonino, Cattelino, & Ciairanos, 2003).

Sendo uma etapa primordial no desenvolvimento humano, a adolescência é marcada por um amplo e vasto conjunto de mudanças físicas e psicossociais, ocorrendo na esfera interpessoal algumas áreas em que tais alterações são expressivas e significativas. Verifica-se uma transição progressiva da esfera de proteção dos pais e da família para uma integração em grupos de pares e na sociedade, o que faz com que cada adolescente passe a interagir nos mais variados contextos, que o/a influenciam e fornecem oportunidades de desenvolvimento. A aceitação dos pares, o estabelecimento e aprofundamento das amizades e os novos formatos nas relações, por exemplo o namoro, correspondem a diferentes vertentes das relações interpessoais com que os/as adolescentes deverão lidar (Caspi, Roberts, & Shiner, 2005, citado por Carvalho & Novo, 2013).

Da adolescência “normativa” à adolescência “delinquente”

Da adolescência “normativa”, ou seja, de jovens responsáveis, ativos, integrados na sociedade, participativos das atividades e respeito pelas regras comuns a todos, até à delinquência, por vezes é um pequeno passo.

As normas numa sociedade são, muitas vezes, as expectativas que os elementos que a compõem têm sobre o que deve e não deve ser permitido a um determinado membro, em circunstâncias específicas, são aprendidas e são um dos principais mecanismos de controlo social do comportamento dos indivíduos. Uma vez estabelecidas numa dada sociedade, as normas tendem a institucionalizar-se e, mesmo quando são informais, podem ser invocadas para corrigir um comportamento desviante. Resumindo, as normas numa sociedade existem para que, de certa forma, haja um equilíbrio social. Quem se afasta dessas normas está a cometer um ato ilícito que é mais ou menos grave, consoante a norma pré-estabelecida (Marinho, 2010).

A delinquência é um fenómeno cada vez mais preocupante na sociedade, assumindo uma crescente visibilidade e reconhecimento público. Em Portugal, particularmente durante as duas últimas décadas, temos sido frequentemente confrontados com notícias mediáticas de crianças e adolescentes a praticar atos de extrema violência. Recordamos, por exemplo, o caso de um grupo de jovens que, no ano

de 2006, agrediram ao longo de vários dias um sem-abrigo num prédio inacabado na cidade do Porto, acabando aquele por falecer. Em 2011, a agressão violenta de uma jovem por outras duas adolescentes, filmada e posteriormente partilhada numa rede social por uma das suas testemunhas, captou durante semanas a atenção da comunicação social e chocou a sociedade portuguesa. Mais recentemente, em Outubro 2016 um grupo de jovens aliciou um outro jovem para falarem sobre uma rapariga e acabou vítima de uma violenta agressão pelo tal grupo que o chamou, sendo publicado posteriormente nas redes sociais por um desses jovens agressores. Estatísticas oficiais mostram que, em setembro de 2010, 1140 jovens cumpriam uma medida tutelar educativa na comunidade, sobretudo pelos crimes de roubo, ofensas à integridade física e furto (Braga & Gonçalves, 2013).

Amado (2000), destaca que a indisciplina não deve ser confundida com a violência e conduta antissocial. Martins, (2005), defende dois tipos de violência ou agressão: (1) a violência reativa ou expressiva, que surge como uma explosão emocional, um nível de tensão elevado que ultrapassa a capacidade do indivíduo para enfrentar o evento social de forma diferente; (2) a violência instrumental ou proactiva, que é desencadeada pela perspectiva dos resultados que o indivíduo espera obter (Henriques, 2014).

No entanto, delinquência e violência não são sinónimos, bem como é necessário distinguir a delinquência de outros conceitos que, muitas vezes, são usados como sinónimos, nomeadamente: comportamentos antissociais e comportamentos desviantes.

(i) Comportamentos Antissociais vs. Delinquentes

Fonseca (2004) define o conceito de delinquência juvenil como atos que podem ser graves, contra pessoas ou bens, (assaltos e roubos), ou podem também constituir pequenos delitos, como vandalismo e atos desordeiros, cometidos por um indivíduo abaixo da idade de responsabilidade criminal, infringindo as leis estabelecidas, acrescenta ainda que, a delinquência juvenil, embora relacionada com a conduta antissocial, pode diferenciar-se desta na medida em que a conduta antissocial, engloba os comportamentos que desrespeitam os outros e violam as normas de uma determinada sociedade, sem, necessariamente, infringirem as leis vigentes (Henriques, 2014).

Este padrão comportamental antissocial ou delincente enquadra-se no DSM-V-TR (Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais, 2014) como uma Perturbação do Comportamento, definido como um padrão de comportamento repetitivo

e persistente, no qual são violados os direitos básicos dos outros ou as principais normas sociais correspondentes à idade, que se manifesta pela presença nos últimos 12 meses, de pelo menos 3 dos seguintes 15 critérios em qualquer das categorias apresentadas em baixo, com pelo menos 1 dos critérios presentes nos últimos 6 meses. Esses comportamentos podem ser: agressão a pessoas ou animais, destruição da propriedade, falsificação ou roubo e violação grave das regras (APA, 2014).

(ii) Comportamentos desviantes vs. Delinquência

Comportamentos “desviantes” ou problemáticos podem fazer parte do desenvolvimento “normativo”, ou seja, existe uma grande diferença entre delinquência e os comportamentos antissociais. Todos os crimes são atos ilícitos, mas nem todos os atos ilícitos são crime. Pode partir-se do princípio que, quando se viola o que é considerado uma regra da sociedade, se estará a cometer um comportamento desviante. O importante é que se perceba que um jovem que comete um ato desviante, não tem de ser, obrigatoriamente, delinquente (Marinho, 2010).

Weiner (1995) defende que a adolescência “normativa” é adaptativa quando o desenvolvimento da personalidade é contínuo. Sá (2003) defende que a adolescência saudável também compreende certas condutas para-delinquentes que não têm de ser necessariamente comportamentos anti-sociais. Gouveia (2009), quando se aborda comportamentos desviantes, é delicado fazer a fronteira entre o que é considerado desviante e o que é considerado normativo na adolescência. É previsto que nesta fase os adolescentes experimentem e descubram quais os seus limites e quais os limites do que é considerado socialmente normativo. Para tal, é fundamental que os jovens tenham acesso a agentes de socialização que os ajudem a estabelecer limites através de regras (Marinho, 2010).

No presente trabalho, considera-se o termo delinquência, uma designação jurídica, referindo-se à transgressão das leis e que implica uma consequência penal ou a intervenção judicial/institucional (Feijó & Assis, 2004; Shoemaker, 2000; Silva & Hutz, 2002, citados por Nardi & Dell’Aglia, 2010).

Fatores de risco vs. fatores protetores para a delinquência

Cada vez mais se torna importante intervir junto dos jovens de modo a tentar evitar a delinquência juvenil ou diminuir os seus efeitos na sociedade. De acordo com alguns

estudos, o problema da delinquência e da criminalidade é atribuído a diferenças individuais estáveis, estabelecidas no início da vida (Gottfredson & Hirschi, 1990, citados por Moffitt, 1993). Segundo esta teoria, considera-se a possibilidade da existência de trajetórias que podem ser originadas por diversos fatores que podem dever-se a alterações de vida e podem ser modificados pelo comportamento corrente (White, Bates & Buyske, 2001, citado por Carvalho, 2011).

São fatores de risco os fatores que estão associados com o aumento da probabilidade de os jovens experienciarem um determinado acontecimento ou situação problemática. Assim, como fatores de risco para a delinquência existem uma série de variáveis que predispõe a um comportamento delinquente no jovem, estando eles divididos em fatores individuais (e.g., temperamento, impulsividade, agressividade), fatores escolares (e.g., baixo rendimento escolar, suspensão ou expulsão, falta de vínculo com os professores), fatores familiares (e.g., negligência parental, falta de supervisão parental, comportamentos aditivos por parte dos pais) ou associação a grupos de pares antissociais (Debarbieux & Blaya, 2002, citado por Martins, 2015).

Alguns autores defendem ainda que, também os fatores socioeconômicos são apontados como fatores de início para a delinquência. Neste caso, pode-se apontar o exemplo da vizinhança e dos amigos (Hoeve et al., 2008; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1986, citado por Carvalho, 2011).

Existem também dados na literatura que acrescentam que os défices na empatia podem estar relacionados com as manifestações de agressividade. Ao invocar um dano a outro indivíduo, supõe-se que o agressor não reconheça os sentimentos alheios ou pouco sensibilizado por eles. O desenvolvimento de relações de empatia e comportamentos pró-sociais na infância e adolescência aparecem como fatores de prevenção às condutas antissociais (Del Prette & Del Prette, 2003, citados por Barros & Silva, 2006).

O fraco envolvimento assertivo da família, a não monitorização das atividades desenvolvidas, a prática inadequada de disciplina parental, a existência de familiares com condutas antissociais, bem como as dificuldades econômicas, profissionais e familiares, então relacionadas com o desenvolvimento de comportamentos antissociais nas crianças/jovens. O abuso físico e as fracas relações pais-filhos é um fator de risco elevado no desenvolvimento de delinquência violenta e persistente (Moreira, 2013).

Loeber e Dishion (1983), assinalam que entre outros tipos de variáveis preditoras do comportamento desviante, o comportamento anti-social de algum membro da família pode influenciar os próprios. Em muitos casos, para se inserir num *gang*, o jovem é aliciado a envolver-se em comportamentos ilícitos e em atividades delinquentes. Outros fatores que levam à continuação da delinquência são o intenso desejo de bens materiais ou de prestígio social, procura de estímulos, um grande nível de *stress* e o presumível consumo de álcool e drogas (Moffitt, 1993).

Por seu turno, consideram-se fatores protetores os que estão associados à diminuição da probabilidade de experienciarem um determinado acontecimento ou situação problemática. Gaspar (2003) defende a relevância que os fatores familiares assumem enquanto fatores protetores dos problemas de comportamento de início precoce. Assim, as intervenções focadas nos pais e na família encontram-se entre as formas potencialmente mais prometedoras de prevenção do comportamento antissocial e da delinquência e/ou de promoção do bem-estar emocional da criança (Henriques, 2014).

A importância do estabelecimento de laços afetivos na infância é inquestionável, a presença dos pais durante o período da adolescência continua a ser decisivo. Sendo a adolescência uma fase de grandes transformações e transição dos laços afetivos dos pais para o grupo de pares, a vinculação aos pais é de grande importância na medida em que a qualidade da vinculação infantil vai ditar a qualidade das novas relações (Hazan & Shaver, 1994). No entanto, é essencial que os pais continuem a ser o suporte afetivo principal ao longo do desenvolvimento do adolescente, intervindo não só ao nível da supervisão, mas também ao nível de suporte e apoio.

A carência de laços afetivos e de uma vinculação firme à sociedade, nomeadamente com os progenitores e com o grupo de pares, poderá dotar o indivíduo de maior predisposição para a prática de crimes (Hirshi, 2002). Deste modo, quanto mais sólidos forem os laços que o indivíduo tem com a sociedade e quanto maior for a sua conformidade e consenso para com a sociedade, menos será a tendência para contrariar as normas sociais (Born, 2005) e portanto menor serão os comportamentos de delinquência (Moreira, 2013).

Um diálogo aberto com os pais é altamente positivo e está claramente relacionado com o controlo parental e negativamente com a conduta delinquente e com o abuso de

substâncias. As bases de comunicação e monitorização parental funcionam como protetores sociais contra o envolvimento em comportamentos de risco (Carvalho, 2011).

Também a existência de redes sociais de apoio, manifestadas em interações entre escola e a família, bem como as competências interpessoais dos jovens e o modo como se relacionam com os colegas, correspondem a fatores protetores relevantes em face de potenciais trajetórias desadaptativas de desenvolvimento na adolescência (Spera, 2005, citado por Carvalho & Novo, 2013). Relações interpessoais e a sua qualidade estão associadas ao sucesso académico e ao bem-estar psicológico, traduzido na ausência ou reduzida frequência de indicadores de psicopatologia e sentimento de valor pessoal (Blandon, Calkins, Grimm, Keane, & O'Brien, 2010; Bukowski, Laursen, & Hoza, 2010; Canevello & Crocker, 2010; Card, 2010; Corsano, Majorano, & Champretavy, 2006; Diez, Pacheco, & García, 2010; Jensen-Campbell, Gleason, Adams, & Malcolm, 2003; Laursen & Mooney, 2008, citado por Carvalho & Novo, 2013).

Por outro lado, ao nível individual e intrínseco, os jovens que demonstrem um grande sentido de eficácia de auto-regulação, estarão melhor munidos para lidar com os elementos stressantes de transição da adolescência, a iniciar e concretizar atividades na construção de competências, a ouvir de forma eficaz as suas opiniões, as aspirações com os pais e outros adultos e para aguentar a pressão dos colegas para participar em atividades delinquentes (Bandura, 1997).

Os melhores preditores para um adequado desenvolvimento da adolescência são: ter amigos com um comportamento convencional, uma família estável e um adequado controlo paterno, expectativas positivas de futuro e não ter amigos delinquentes (Carvalho, 2011).

A maioria dos estudos focados na delinquência são de prevalência ou focados nos fatores de risco/preditores (Zappe & Dias, 2010).

Fator da Resiliência

Não menos importante e segundo a investigação, poderá haver uma associação entre as características da personalidade e comportamento interpessoal, assim dependendo do tipo de resiliência de cada jovem perante fatores externos, poderá influenciar os adolescentes para trajetórias adaptativas ou desadaptativas, isto é, o comportamento social dos indivíduos é favorecido ou dificultado em função da personalidade (Carvalho & Novo, 2013).

Resiliência é um conceito multifacetado, contextual e dinâmico (Masten, 2001), no qual os fatores de proteção têm a função de interagir com os eventos de vida e acionar processos que possibilitem incrementar a adaptação e a saúde emocional. Rutter (1999) pondera que resiliência não é uma característica ou traço individual, mas processos psicológicos que devem ser cuidadosamente examinados. Não é uma característica fixa, ou um produto, pode ser desencadeada e desaparecer em determinados momentos da vida, bem como estar presente em algumas áreas e ausente em outras. Neste sentido, a resiliência é entendida, não somente como uma característica da pessoa, ou como uma capacidade inata herdada por alguns privilegiados, mas a partir da interação dinâmica existente entre as características individuais e a complexidade do contexto. Luthar (1993) propôs assim, domínios específicos de coping que delimitariam tipos de resiliência, ou seja, resiliência social, emocional e académica (Rutter, 1993; Zimmerman & Arunkumar, 1994, citado por, Poletto & Koller, 2008).

Van Aken e Dubas (2004) constatarem que os jovens que se designam de resilientes (com pontuações nos cinco fatores da personalidade num sentido considerado favorável, que inclui maior estabilidade emocional e emocionalidade positiva), apresentam melhores resultados na escola, menos problemas emocionais e comportamentais, e relações interpessoais mais satisfatórias com pais e colegas. Pelo contrário, os sobrecontroladores, (resultados baixos na extroversão e estabilidade emocional; elevados na amabilidade e conscienciosidade; e moderados na abertura à experiência) apresentam maior isolamento social e baixa autoestima, e reportam baixos níveis de apoio parental e dos pares. Por fim, os subcontroladores, (elevados níveis de extroversão e resultados baixos nos restantes traços), apresentam mais problemas de externalização, níveis mais elevados de agressão e reportam menos níveis de apoio parental e dos pares.

Independentemente dos aspetos mais particulares, relativos a cada um daqueles tipos de personalidade identificados, os resultados evidenciam diferenças significativas ao nível do comportamento interpessoal entre indivíduos com características de personalidade diferentes, o que comprova a perspetiva da importância desta variável para o modo como os adolescentes se relacionam com os outros.

Para além desses exemplos relacionados com o modelo dos cinco fatores, a empatia, por oposição ao egocentrismo, tem também sido considerada uma característica central no desenvolvimento de comportamento pró-social na adolescência (Del Barrio, Aluja, & García, 2004; García-Martínez, Orellana, & RuizGarcía, 2010). Entretanto, a timidez está também relacionada com problemas de internalização na adolescência e relacionada fortemente, de forma negativa, com a impulsividade, procura de sensações associadas ao perigo, agressão e sentimento de eficácia social (Hartup & van Lieshout, 1995, citado por Carvalho & Novo, 2013).

Em síntese, assume-se no presente estudo a perspetiva legalista, isto é, de que a delinquência contempla os comportamentos considerados crime, ou seja, atos cometidos por um indivíduo abaixo da idade de responsabilidade criminal, que ultrapassa as regras culturalmente impostas numa determinada sociedade e que é considerado crime, quer seja pela sua dimensão, recorrência e gravidade.

Assim o objetivo desta investigação é descrever as experiências de vida dos jovens com historial de delinquência e os jovens “normativos”, no sentido de analisar se existem ou não diferenças entre os jovens (de modo a contribuir para compreensão da fronteira ténue entre os comportamentos desviantes “normativos” e os delinquentes”).

Como resultado deste estudo, ou seja, a comparação entre os jovens adolescentes, designados pelos “normativos e os delinquentes, pretende-se a identificação de percursos que facilitem e/ou inibem os jovens adolescentes a desenvolver tipos de trajetórias, envolvendo comportamentos delinquentes e por sua vez descriminados pela sociedade ou trajetórias adaptativas num percurso socialmente aceite.

Objetivos e questões de investigação

O presente estudo pretende comparar a trajetória de vida de nove jovens delinquentes institucionalizados em centro educativo com a trajetória de vida de nove jovens da comunidade “normativos” sem histórico de criminalidade, procurando

identificar e comparar os temas e experiências centrais da sua história de vida. Procura-se compreender e comparar o significado atribuído pelos dois grupos de jovens às suas experiências de vida e de que forma estas podem afetar o modo como se percebem a si próprios e como se projetam no futuro. Além disto, dos seus relatos, pretende-se compreender se surgem situações/experiências ou condições de vida que possam ter promovido (fatores de risco) vs. inibido (fatores protetores) a adoção de comportamentos delinquentes.

Mais detalhadamente, a análise comparativa será orientada pelas seguintes questões:

- Quais são os temas e experiências centrais que surgem nas suas histórias de vida? Como são significados esses temas e/ou experiências? Existem diferenças entre os dois grupos de jovens? Se sim, quais?
- Como se percebem a si próprios e como se projetam no futuro? Existem diferenças entre os dois grupos de jovens? Se sim, quais?
- Surgem situações/experiências ou condições de vida diferentes entre os dois grupos que possam justificar a promoção vs. Inibição de comportamentos delinquentes?

Método

Participantes

O presente estudo contempla 2 grupos comparativos (ver tabela 1), ou seja, o primeiro grupo inclui 9 jovens adolescentes, sexo masculino com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, sendo 7 de raça caucasiana e 2 de raça negra e selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão:

- Jovens institucionalizados, sob regime fechado;
- Jovens que praticaram crimes contra as pessoas e/ou crimes contra a propriedade;
- Que possuam capacidades cognitivas básicas, no sentido de poderem compreender as questões e elaborar uma resposta;
- Que não tenham sido alvo de intervenção psicoterapêutica;
- Sem sintomas ativos de consumo de substâncias.

Dos 9 participantes do primeiro grupo, 5 possuem histórico de institucionalização na infância e 6 encontram-se sob regime disciplinar, tendo cometido crimes quer contra as pessoas, quer contra a propriedade, enquanto os restantes não se encontram em regime disciplinar tendo cometido “apenas” crimes contra a propriedade. A maioria dos participantes mantém contacto com a família, há exceção de um jovem de raça caucasiana e um jovem de raça negra.

O segundo grupo é constituído por 9 jovens do sexo masculino, com idades iguais ao primeiro grupo, sendo os 9 de raça caucasiana. Dos 9 participantes do segundo grupo, nenhum possui histórico de institucionalização na infância nem registo de criminalidade.

Tabela1: Características dos jovens participantes

Participantes: delinquentes vs normativos	Histórico institucional	Idade	Raça	Regime disciplinar	Regime de internamento	Regime familiar	Sexo	Tipologia de Crime
Jov. Delinquente JD1	Sem	16-17	Caucasiano	Com	Fechado	C. cont.famil	Masc.	Contra ambos
Jov. Delinquente JD2	Com	18/+	Caucasiano	Com	Fechado	S. cont.famil	Masc.	Contra ambos
Jov. Delinquente JD3	Sem	18/+	Caucasiano	Sem	Fechado	C. cont.famil	Masc.	Contra propr.
Jov. Delinquente JD4	Com	16-17	Negra	Com	Fechado	S. cont.famil	Masc.	Contra ambos
Jov. Delinquente JD5	Com	16-17	Negra	Sem	Fechado	C. cont.famil	Masc.	Contra propr
Jov. Delinquente JD6	Com	18/+	Caucasiano	Com	Fechado	C. cont.famil	Masc.	Contra ambos
Jov. Delinquente JD7	Com	18/+	Caucasiano	Com	Fechado	C. cont.famil	Masc.	Contra ambos
Jov. Delinquente JD8	Sem	18/+	Caucasiano	Sem	Fechado	C. cont.famil	Masc.	Contra propr

Análise Comparativa Entre as Histórias de Vida de Jovens Delinquentes e de Jovens “Normativos”: Serão Assim Tão Diferentes?

Jov. Delinquente JD9	Sem	16-17	Caucasiano	Com	Fechado	C. cont.famil	Masc.	Contra ambos
Jov. Normativo JN1	Não	15-16	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN2	Não	18/+	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN3	Não	15-16	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN4	Não	16-17	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN5	Não	16-17	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN6	Não	18/+	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN7	Não	16-17	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN8	Não	18/+	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento
Jov. Normativo JN9	Não	16-17	Caucasiano	Isento	Não se aplica	Isento	Masc.	Isento

Procedimentos

Para a recolha do primeiro grupo:

Para aceder aos participantes recorreu-se ao pedido de autorização para recolha de dados no Centro Educativo à DGRSP (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais). Após esta autorização, foi obtido o consentimento informado dos jovens e/ou dos seus representantes legais, garantindo-se o anonimato dos participantes bem como a ocultação/alteração de qualquer relato que possa ser passível de identificação dos participantes. As entrevistas foram realizadas nas instalações do Centro Educativo, com uma duração média entre os 45 e os 120 minutos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, de modo a salvaguardar-se a integridade dos relatos para posterior análise.

Para a recolha do segundo grupo adotaram-se os seguintes procedimentos:

Os 9 participantes são jovens da comunidade onde residem, que preenchendo os critérios necessários para este estudo, foram selecionados de forma aleatória. Para aceder aos participantes, menores de 18 anos, recorreu-se ao pedido de autorização aos responsáveis dos mesmos para recolha de informação relativa à entrevista, e após essa autorização, foi preenchido e assinado o consentimento informado dos jovens e/ou dos seus representantes legais, garantindo-se o anonimato dos participantes bem como a ocultação/alteração de qualquer relato que possa ser passível de identificação dos participantes. As entrevistas foram obtidas por intermédio de gravação em locais próprios, sem barulhos externos de modo a serem transcritas na íntegra para suporte informático, salvaguardando a integridade dos relatos para posterior análise. Tiveram uma duração média entre os 30 e os 45 minutos.

Posteriormente as entrevistas serão transferidas para o programa Nvivo10, de forma a serem analisadas e interpretadas as respetivas narrativas e os temas relevantes das suas histórias de vida e consequente comparação com os jovens delinquentes.

Materiais/instrumentos/medidas

A entrevista adotada para os dois grupos tem como título “The Life Story Interview”, Dan. P. McAdams (2008), The Foley Center for the Study of Lives, adaptada por A. R. Conde, Universidade Lusófona do Porto. Foi administrada individualmente, tendo-se pedido a cada participante que relatasse a sua história de vida, abrangendo

todos os tópicos do guião (resumo das principais fases da vida, acontecimentos marcantes, desafios, planos para o futuro, valores e crenças pessoais).

Assim como o respetivo consentimento informado para esclarecimento aos responsáveis pelos jovens menores dos objetivos deste estudo e da sua participação voluntária e anónima.

Para a gravação das entrevistas usou-se uma aplicação do telemóvel e respetivos auscultadores para posterior transcrição para suporte informático.

Metodologia de análise

Utilizou-se a metodologia de análise temática, com recurso ao *software* de análise qualitativa Nvivo 10, para o processo de organização, codificação e interpretação dos dados, sobre uma perspetiva construcionista social de forma a compreender os fenómenos, os seus significados e a forma como os seus comportamentos são reproduzidos e experienciados socialmente. A análise temática tal como indicada por Braun e Clarke (2006), trata-se de uma metodologia de codificação indutiva em que os temas identificados estão fortemente ligados aos dados, não se procurando ajustar a um quadro de codificação pré-existente - *data-driven*.

Para a validação dos resultados, recorreu-se a um co-codificador na análise do material recolhido. Assim, dada a extensão das entrevistas, selecionou-se cerca de 20% das entrevistas (4 entrevistas, duas dos jovens normativos e duas dos jovens delinquentes), retiradas aleatoriamente de cada grupo para ser co-codificadas de forma independente. Posteriormente, prosseguiu-se ao cálculo do índice de fidelidade conforme a fórmula apresentada por Vala (1986) $F = 2 (C1, 2) / C1 + C2$, dividindo o número de acordos entre codificadores pelo total de categorizações efetuadas por cada um: $2 (172) / 199 + 213 = 0.83$. Alcançou-se um índice de fidelidade de 0.83, considerando uma força de acordo substancial.

Resultados

Com vista a um maior entendimento do estudo em causa, a apresentação dos resultados seguirá a ordem das questões orientadoras supracitadas. É de salientar que todos os temas e subtemas apresentados de seguida são resultado das referências feitas por mais do que um participante.

- (i) Quais são os temas e experiências centrais que surgem nas suas histórias de vida? Como são significados esses temas e/ou experiências? Existem diferenças entre os dois grupos de jovens? Se sim, quais?

Ao longo das entrevistas, emergiram 6 temas centrais do discurso dos participantes: em primeiro lugar a família, em segundo lugar o grupo de pares e relacionamentos, seguindo-se o percurso escolar, os comportamentos delinquentes, a institucionalização, desportos e atividades de lazer.

Seguidamente, procedemos à descrição detalhada de cada um dos temas, desde o tema mais abordado até ao tema menos abordado (ver tabela 2).

Tabela 2: Principais temas relatados pelos participantes

Temas	Nº de participantes	Referências
Família	17	151
Grupo de pares	15	83
Relacionamentos		
Percurso Escolar	13	59
Comportamentos	8	48
Delinquentes		
Institucionalização	8	26
Desporto-		
Atividades de Lazer	8	20

Família

Tendo em conta a Tabela 2, é possível verificar que 17 dos 18 participantes integra no seu discurso a família em sentidos completamente opostos, mas alvo da mesma atenção, as vivências positivas e as vivências negativas. Relativamente às vivências positivas estas dizem respeito ao suporte familiar e às relações positivas que tinham/têm sobretudo com a figura maternal e as fratrias (JD: “*a coisa mais importante para mim é a família*”); (JN: “*A minha mãe disse-me para eu mudar, para eu não ser como era, e isso ajudou-me a mudar de caminho, senti que tinha o apoio dela*” ...” Nascimento do meu irmão”); (JD: “*Outro ponto alto, não foi bem um ponto alto, mas foi quando tive noção do quanto gostava do meu irmão*”).

Enquanto as vivências negativas integram as perdas de familiares ou de próximos, divórcio/desintegração familiar e maus tratos sofridos, destacando-se as duas primeiras,

que revelam um impacto da desestruturação familiar na vida destes jovens (JN: “*morte do meu tio*”); (JD: “*meu pai, ele nunca estava ao pé de mim*”); (JD: “*Depois a minha mãe ausentou-se, comecei a fazer asneiras e fui para uma instituição da segurança social*”); (JN: “*A morte do meu avo, foi apanhado de surpresa*”).

Tabela 3; Família

Subtemas	Nº Participantes	Referências
<u>Vivências negativas</u>	16	101
Divorcio_desintegração familiar	7	19
Maus tratos sofridos	3	8
Perdas familiares ou de próximos	16	78
<u>Vivências positivas</u>	15	52
Relações positivas	15	49
Suporte familiar	3	6

Grupo de pares/Relacionamentos

No que concerne ao grupo de pares/relacionamentos, 15 dos 18 participantes dividiram estas relações em dois níveis opostos, tal como aconteceu com a família, o que demonstra que são as relações/laços que exercem mais impacto na vida destes jovens, quer no sentido positivo, quer no sentido negativo. No relacionamento com os pares, os participantes evidenciam o convívio/relações positivas, (JD: “*Sei lá, a convivência com os meus amigos, que hoje ainda são meus amigos. Sei lá, fazíamos tudo juntos*”); (JN: “*quando fiz amigos pela primeira vez*”); (JN: “*Os meus colegas apoiaram-me*”); (JD: “*quando eu brincava com os meus colegas a fazer cabanas, tinha 9/10 anos. Ainda me lembro deles (...) nessa altura sentia alegria*”), seguindo-se das relações amorosas, negativas mas sobretudo as positivas que despertaram sentimentos especiais (JD: “*Gostei dela, da maneira dela ser, de estar, sempre bem-disposta, andar de skate. Era diferente*”), (J7: “*O que é que mudou em mim? Então, sei lá, mudou quase tudo (...) foi bom tê-la conhecido*”); (JN: “*Beijitos atrás da escola*”); (JN: “*Espero continuar com a rapariga que estou agora*”).

Tabela 4; Grupo de pares/Relacionamentos

Subtemas	Nº Participantes	Referências
<u>Convívio-relações</u> <u>positivas</u>	15	53
<u>Relações amorosas</u>	10	31
Negativas	2	3
Positivas	10	28

Percurso Escolar

O percurso escolar é o terceiro tema mais abordado pelos jovens, para mencionar absentismo escolar/mau comportamento versus percurso académico adaptativo. O absentismo escolar/mau comportamento surge como consequência e/ou início dos comportamentos delinquentes (JD: “Quando não gostava das aulas fazia palhaçadas”); (JD: “Sei lá, o que é que eu fazia...então faltava à escola e ia cometer crimes”); (JN: “Aí comecei a desleixar me mais da escola, nunca tinha tirado uma negativa na minha vida, nunca, e a primeira negativa que tirei foi 23% a matemática”); (JN: “reprovado no 7º e 9º ano”). Já o percurso académico adaptativo, tal como o nome indica, diz respeito a um processo de integração e aprendizagem normativo/sem questões de maior (JD: “Depois entrei para o 1º ano, fiz a escola primária, correu bem”); (JN: “Sempre foi quadro de honra desde o 1º ano até ao 8º ano”); (JN: “tirava sempre boas notas”); (JN: “Queria mesmo ir para a universidade. Queria gestão industrial, mas entrei para eletrotécnica em Coimbra”).

Tabela 5; Percurso Escolar

Subtemas	Nº Participantes	Referências
Absentismo reprovação escolar_Mau comportamento	7	28
Percurso adaptativo	13	37

Comportamentos delinquentes

Os comportamentos delinquentes, tema referenciado predominantemente pelos jovens com historial de criminalidade surge em quarto lugar, 8 dos 19 participantes, na maioria para relatar as consequências negativas ao nível dos sentimentos de culpa/remorsos, dos danos corporais/agressões sofridas e o envolvimento das autoridades/privação da liberdade. As causas associadas à prática de comportamentos delinquentes somente através da desresponsabilização. As experiências com os pares quanto ao consumo de substâncias e os crimes praticados contra a propriedade e contra as pessoas.

Quanto às consequências negativas os participantes destacam sentimentos de culpa/remorsos, assim como os danos corporais/agressões sofridas (JD: *“Agora sinto remorsos, ele também não é rico, não se deve roubar ninguém, mas muito menos uma pessoa pobre que passa dificuldades”*), (JD: *“fiz um...umas costelas fraturadas”*).

Em relação às experiências com os pares estas estão maioritariamente associadas ao consumo de substâncias (JD: *“Ia com um amigo e 4 amigas para casa de outro amigo meu, íamos fumar ganza, fazíamos o marroquino, era sempre a rodar por nós (...) depois saíamos, e aí já era diferente, bebíamos shots, absinto, bebidas mesmo fortes”*), (JD: *“comecei a consumir haxixe”*).

No que concerne aos crimes, 4 dos 9 participantes admitiram a prática de crimes contra a propriedade (JD: *“Uma vez fui passar férias com ele a França, depois quis-me vir embora e ele revistou-me a mim e às minhas malas, eu não gostei disso, então depois roubei-lhe o ouro e vi-me embora”*), (JD: *“Foi numa manhã, tinha roubado uma mochila cheia de telemóveis a uma equipa de futebol”*) e 3 dos participantes crimes contra as pessoas (JD: *“Foi quando roubei o meu pai e quando bati na minha mãe”*), (JD: *“Andávamos por aí na rua, encontramos um rapaz, abordamo-lo e correu mal, dei-lhe 4 facadas, foi a coisa mais grave que fiz na vida”*).

Por último, as causas apontadas por 3 participantes centram-se apenas na desresponsabilização, isto é, na atribuição da responsabilidade a terceiros e/ou fatores externos (JD: *“Podem pensar que foi má, mas quem soube o que se passou, ó, toda a gente me diz que foi um azar que eu ‘tive’”*), (JD: *“Mas foi uma fase má da minha vida, a minha mãe também ‘teve doente e assim, depois, sim, comecei a vender droga e vim p’raqui”*).

Tabela 6; Comportamentos delinquentes

Subtemas	Nº Participantes	Referências
<u>Causas</u>	3	4
Desresponsabilização	3	4
Responsabilização	0	0
<u>Consequências negativas</u>	5	21
Castigos _ perdas materiais	1	1
Danos corporais _agressões sofridas	3	10
Envolvimentos das autoridades _privação de liberdade	3	6
Sentimentos de culpa	4	5
<u>Crimes</u>	5	17
Crimes contra propriedade	4	13
Crimes contra pessoas	3	3
Tráfico de droga	1	2
<u>Experiências com pares</u>	7	21
Condução perigosa _ilegal	1	3
Consumo de substâncias	4	9
<u>Fugas</u>	1	4

Institucionalização

A institucionalização, assim como os comportamentos delinquentes, só é referenciado pelos jovens com historial de criminalidade, ou seja, é um tema central para 8 dos 18 participantes, especificamente ao nível da revolta/processo difícil, da mudança positiva, das transferências constantes e do motivo da institucionalização.

Relativamente à revolta/processo difícil, os jovens verbalizam a dificuldade na aceitação e permanência na instituição de acolhimento (JD: “Ó, como é que eu lidei, é difícil, mas ainda agora fogo...é difícil lidar com isto, ficar trancado cá dentro, sem ir à rua”), (JD: “Senti raiva, senti que queria estar com a minha mãe o mais que tudo”).

No que toca às mudanças constantes, os jovens reportam a instabilidade que resulta das trocas frequentes de instituição (JD: *“estava sempre a trocar de lugar, onde vivia, não sabia bem onde estava, estava numa instituição depois ia para outra”*), (JD: *“comecei a fazer asneiras e fui para uma instituição da segurança social, uma instituição temporária, depois fui para outra instituição, e como me estava a portar mal nessa fui para outra em Castelo Branco, depois vim parar aqui”*).

No entanto, os participantes reconhecem o papel da institucionalização na sua mudança como sendo uma oportunidade para recomeçar e amadurecer (JD: *“Um recomeço, porque eu, sei lá, isto não...eu não levo isto como algo mau que me aconteceu (...) mas agora...não vou dizer “ai isto é melhor do que ‘tar em casa”, mas isto é bom p’ra mim, é outro modo de vida aqui”*), (JD: *“o ponto alto agora é ter crescido, ter maturidade. Aconteceu quando entrei no centro”*).

Por fim, importa salientar que o motivo da institucionalização maioritariamente apontado pelos participantes está associado com a perda/abandono e/ou maus-tratos perpetrados pela família (JD: *“a minha mãe ausentou-se, comecei a fazer asneiras e fui para uma instituição da segurança social, uma instituição temporária, depois fui para outra instituição, e como me estava a portar mal nessa fui para outra em Castelo Branco, depois vim parar aqui”*), (JD: *“Estava sempre a trocar de instituição devido a agressões na minha casa e depois em casa dos meus avós”*).

Tabela7; Institucionalização

Subtemas	Nº Participantes	Referências
Motivo institucionalização	3	5
Mudança (positiva)	4	6
Revolta – processo difícil	4	7
Transferências constantes	4	6

Desporto e Atividades de Lazer

E por último, mas não menos importante, o desporto e atividades de lazer como tema central dos 8 jovens ditos "normativos". Mencionam as vivências positivas desportivas e a revolta por frustrar expectativas ou limitações. As vivências positivas

surgem em maior número, (JN: “*Gosto de desporto*”); (JN: “*3º ano da escola primaria e recebi a noticia que fui chamado para o F.C.Porto treinar*”); (JN: “*O melhor momento foi quando entrei para a equipa de competição do meu desporto*”); (JN: “*O ter sido campeão nacional de voleibol, bicampeão nacional*”); (JN: “*A nível desportivo, dois anos seguidos campeões distritais de futebol*”). A revolta por frustrar expectativas ou limitações surgem em menor número, (JN: “*Senti revolta, como eu muitos outros jogadores perderam o lugar, e não eram em nada melhores do que nós2*”); (JN: “*Senti que era demais, cansado...tomei essa decisão no fim de uma prova em que caí numa curva e tal era a loucura que montei de novo na bicicleta e em andamento o enfermeiro fazia me os curativos...o valor humano dos atletas parecia não interessar o que interessava era os objetivos e as conquistas...não gostei nada daquilo*”).

Tabela 8; Desporto e Atividades de Lazer

Subtemas	Nº Participantes	Referências
Revolta por frustrar expectativas ou limitações	2	2
Vivências positivas	8	18

- (ii) Como se percebem a si próprios e como se projetam no futuro? Existem diferenças entre os dois grupos de jovens? Se sim, quais?

Ao longo das entrevistas, emergiram 3 temas centrais do discurso dos participantes na forma como estes se percebem a si próprios e como preveem o seu futuro. Em primeiro lugar 17 dos 18 jovens relatam que a nível profissional/arranjar trabalho/profissão, (JN: “*Com um cargo numa empresa importante, administrador*”); (JN: “*Quero entrar no curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais, e gostava de fazer algo relacionado com isso. Ser diplomata por exemplo. Trabalhar numa ONG (organização não governamental) ou mesmo envolver me na politica quem sabe*”); (JD: “*um sonho é ter um trabalho, ter faculdade feita (tirar um curso de línguas), ser guia turístico*”); (JD: “*Os meus sonhos, o meu projeto de vida é tirar a carta de condução, tirar um curso de mecânica, investir na escola, ajudar a minha mãe*”). Segundo lugar 16 jovens mencionam como Estar/formar/ajudar família, (JN: “*Ter uma família, 2 filhos*”); (JN: “*A nível familiar quero casar, dois filhos*”); (JN: “*Formar uma família, filhos, ter um emprego estável*”); (JD: “*Ter uma mulher que gostasse mesmo de mim e construir*”).

uma família”); (JD: “Quero é mais sair daqui, terminar os estudos, estar com a minha família e arranjar emprego”). Seguindo-se por último a nível académico/terminar estudos, 14 dos 18 participantes a relatar, (JN: “Estou a estudar para isso, não é o curso que eu queria, faltou 1 valor para tirar positiva num exame a físico química. O curso era engenharia e gestão industrial”); (JN: “Primeiro ir para a faculdade para tirar um curso. No início queria Engenharia...mas depois influenciado ou não, desisti. Estava indeciso entre Marketing e Organização de Eventos”); (JN: “Cumprir com os meus objetivos. Principalmente acabar os meus estudos e conseguir tirar o meu curso. Ser feliz...”); (JD: “Quero tirar o 9 ano, depois pensei tirar o 12 ano”); (JD: “ainda tou aqui, estou a fazer o 9º ano. A seguir é tirar o meu curso e sair daqui”); (JD: “Então, sei lá, quando sair vou p’ro curso, vou estudar, vou tirar o curso, vou ver se arranjo emprego nessa área, vou tirar a carta, ter a minha independência”).

Tabela 9; Projeção do futuro

Subtemas	Nº Participantes	Referências
A nível profissional – arranjar trabalho/profissão	17	33
Estar_ formar _ajudar família	16	21
A nível académico – terminar estudos	14	21
Sair do centro educativo e não reincidir	3	5

Conforme tabela 9, anterior e discurso da grande maioria dos participantes, pode-se concluir que ao nível da projeção do futuro que cada um tem de si próprio, não há grandes diferenças entre eles, ou seja, todos desejam acabar os estudos, formar família, tornar-se autónomo e garantir a sua independência. As únicas diferenças existentes entre os dois grupos de sujeitos, são que os adolescentes ditos “normativos”, que vivem com as suas famílias revelam possuir expectativas mais elevadas relativamente ao prosseguimento dos estudos, com uma grande maioria a indicar querer continuar os estudos na universidade. Já os adolescentes acolhidos em lar manifestaram maioritariamente vontade de arranjar emprego ou seguir a via da formação profissional.

- (iii) Surgem situações/experiências ou condições de vida diferentes entre os dois grupos que possam justificar a promoção vs. Inibição de comportamentos delinquentes?

Seguidamente parece-nos pertinente comparar situações e experiências de vida diferentes entre os dois grupos de jovens, de forma a identificar quais os fatores de risco ou de proteção que possam estar associados.

Conforme tabela abaixo, na comparação geral sobre os temas entre jovens normativos e delinquentes, os jovens delinquentes referem em maior número no seu discurso o tema família, grupo de pares e relacionamentos, comportamentos delinquentes e institucionalização, comparativamente aos jovens normativos que apesar de no seu discurso darem grande importância à família e ao grupo de pares, os temas mais abordados são o percurso escolar, desporto e atividades de lazer.

A diferença que existe no tema família e depois de analisadas as entrevistas, os jovens delinquentes relatam mais vezes o tema por ser um fator deficitário que estes gostariam que fosse diferente, ou seja, gostariam de uma família normativa, protetora e fonte de segurança. Os jovens normativos mencionam a família quando se referem ao suporte familiar e relações positivas.

No que diz respeito ao grupo de pares a diferença entre os jovens deve-se a que os jovens delinquentes relatam mais as suas experiências em contexto de grupo nas atividades ilícitas e criminais, enquanto que os jovens normativos quando abordam os seus pares, utilizam-no para mencionar atividades de lazer, desportivas e escolares.

Os restantes temas, como os comportamentos delinquentes e institucionalização, associados ao histórico de registo criminal, só se aplica aos jovens delinquentes, pois para este estudo comparativo entre jovens adolescentes, era um dos critérios diferenciativos entre estes. Os temas percurso escolar surgem em maior número para os jovens normativos a relatarem um percurso adaptativo e crescimento pessoal académico, ao contrário dos jovens delinquentes, desporto e atividades de lazer, só foram relatados pelos jovens normativos.

Tabela 10; Comparação de temas

	JN	JD
Família	45	62
Grupos de pares e relacionamentos	26	57
Comportamentos delinquentes	1	47
Percurso escolar	36	23
Institucionalização	0	26
Desporto e atividades de lazer	20	0

Na comparação do discurso sobre os aspetos identitários, ambos os jovens relatam mutuamente aspetos negativos e positivos, sendo que os jovens delinquentes referem em maior número os negativos, no diz respeito aos positivos estão equilibrados.

Quanto aos negativos, os jovens normativos destacam-se em maior número nos temas como arrependimentos, fracassos, culpa, amigos, estudos, expectativas dos pais e estigmatização, relacionados com o seu discurso relativamente à escola e estudos, ou seja, esperavam melhores notas académicas para agradar os seus progenitores e por este ou aquele motivo, não alcançavam. Os jovens delinquentes estão representados em maior número nos temas como violência, crime ou problemas familiares graves, impulsividade, rebeldia, inconsequência, revolta e impacto dos maus tratos associados às suas vivências com os pares e familiares.

Nos positivos os jovens normativos em comparação com os jovens delinquentes, descrevem maiores capacidades pessoais e autonomia, equilibrado no tema crescimento, maturidade e mudança positiva e inferior em relação aos delinquentes na auto eficácia, prazer e atividades.

Tabela 11; Comparação de Aspetos Identitários

	Jovens Normativos (JN)	Jovens Delinquentes (JD)
Negativos	30	51
Arrependimentos, fracassos, culpa	20	15
Amigos, estudos e expectativas dos pais	20	0

Violência, crime ou problemas familiares graves	0	15
Estigmatização	10	3
Impulsividade, rebeldia e inconsequência	0	20
Revolta e impacto dos maus tratos	0	17
Positivos	31	33
Auto eficácia, prazer e atividades	0	10
Capacidades pessoais e autonomia	20	9
Crescimento, maturidade e mudança positiva	11	17

Na comparação entre os jovens tendo como tema a família, os jovens delinquentes descrevem maior número de vivências negativas e positivas, consoante o contexto das questões. Nas vivências negativas, maiores referências nos temas divórcio ou desintegração familiar e maus tratos sofridos, e menos nas perdas familiares ou próximos em comparação com os jovens normativos. Nas vivências positivas, o tema relações positivas e suporte familiar é referido em maior número pelos jovens delinquentes, apesar de nos normativos se registar um número de referências também considerável.

Tabela 12; Comparação da Família como Tema

	JN	JD
Vivências Negativas	26	32
Divórcio ou desintegração familiar	4	11
Maus tratos sofridos	0	8
Perdas de familiares ou próximos	22	16
Vivências Positivas	19	33
Relações positivas	19	28
Suporte familiar	0	6

No que concerne ao percurso escolar no discurso dos jovens delinquentes, referem maior absentismo, reprovação escolar e mau comportamento comparativamente com os jovens normativos e no sentido inverso os jovens normativos descrevem melhor percurso adaptativo ao contrário dos delinquentes, fruto talvez de estarem menos expostos a alguns

fatores de risco, isto é, a preencherem os seus tempos livres com atividades extra curriculares como o desporto em geral, rotinas de estudo, de um sistema familiar mais funcional e acompanhamento escolar.

Tabela 13; Comparação de Percurso Escolar

	JN	JD
Absentismo, reprovação escolar e mau comportamento	6	21
Percurso adaptativo	30	5

Relativamente ao modo de como os jovens preveem o seu futuro, as referências correspondentes ao discurso entre ambos, não mostraram grandes diferenças, ou seja, há um equilíbrio quer ao nível académico e terminar os estudos, ao nível profissional, arranjar trabalho ou uma profissão e no estar, formar ou ajudar a família.

Tabela 14; Comparação Projeção no Futuro

	JN	JD
A nível académico e terminar os estudos	10	10
A nível profissional, arranjar trabalho ou uma profissão	13	17
Estar, formar ou ajudar a família	11	10
Sair do centro educativo e não reincidir	0	5

Por último, e em relação ao grupo de pares, ambos os jovens adolescentes verbalizam ter entre eles convívios e relações positivas, em maior número de referências pelos delinquentes derivado do seu discurso abranger várias atividades legais ou ilegais com os seus pares iguais. Por sua vez, os jovens delinquentes parecem iniciar o namoro e atividade sexual mais cedo que os normativos, pois conforme as referências obtidas, os jovens normativos no seu discurso não referem esse tipo de acontecimentos tantas vezes como os jovens delinquentes.

Tabela 15; Comparação entre Grupo de Pares

	JN	JD
Convívio e relações positivas	21	32
Relações amorosas	5	26
Negativas	0	3
Positivas	5	23

Discussão dos resultados

Resumidamente e quanto aos resultados das 3 questões deste estudo, podemos constatar que na primeira questão, surgiram algumas diferenças entre os jovens, mas também algumas semelhanças quanto aos temas centrais e experiências verbalizados pelos jovens participantes, isto é, todos em comum têm a família, o grupo de pares e a preocupação de atingir um certo percurso académico. A nível individual enquanto os participantes delinquentes tem histórias de comportamentos desviantes e institucionalização, os participantes normativos relatam mais atividades desportivas e de lazer.

Segundo Silva e Hutz (2002), os fatores individuais como as características biológicas, comportamentais e cognitivas do indivíduo, e as contextuais, como características familiares, sociais e experiências de vida negativas são considerados fatores de risco para a delinquência. Sujeitos com menor eficácia de auto-regulação, estão mais suscetíveis ao comportamento delincente (Carvalho, 2011).

Assim como a importância da prática de exercício físico para prevenir comportamentos graves na adolescência ajudam o adolescente no aumento da autoestima, aumento do bem-estar, aumento da aquisição de competências de vida, aumento do desenvolvimento de valores, diminuição e prevenção da depressão e ansiedade. O adolescente através deste tipo de atividades é desafiado a adotar comportamentos que favorecem a sua saúde física, social e psicológica, sendo a adolescência uma fase importante para o desenvolvimento de um estilo de vida saudável em que o jovem compreenda a importância da sua saúde (Collingwood, 1997, citado por Martins, 2015).

Na segunda questão de investigação e de como estes jovens se projetam e preveem o seu futuro, estão muito equiparados, ou seja, ambos os jovens desejam acabar os

estudos, ajudar a família e formar a sua própria família, tornarem-se autônomos e independentes, no entanto os jovens normativos relatam ter expectativas mais elevadas no que diz respeito ao prosseguimento dos estudos, no grau acadêmico concluído e no tipo de profissões escolhidas para a sua atividade profissional.

Na terceira questão sobre as situações relatadas pelos jovens participantes que possam estar relacionadas com os fatores de risco e fatores de proteção para trajetórias adaptativas ou desadaptativas, a família surge com grande importância para ambos os jovens participantes como fator protetor para o desenvolvimento de um percurso adaptativo e de crescimento pessoal.

De acordo com Steinberg (2000), em famílias cujos pais apresentam diálogo como prática educativa, os filhos apresentam altos níveis de auto-estima, auto-confiança e desempenho escolar satisfatório, assim como, apresentam menos depressão, ansiedade, uso de drogas e comportamentos delinquentes, (Carvalho, 2011). Ou seja, desde que haja uma família funcional, com regras e acompanhamento mínimo dos jovens ao longo do seu desenvolvimento pessoal, é meio caminho para minimizar eventuais desvios para a delinquência.

A relação entre pais e filhos tem sido relacionada com os comportamentos dos jovens. A grande maioria dos estudos sobre a família e a delinquência juvenil têm apontado a família como sendo um fator que potencia ou não o comportamento delinquente.

Se existir um forte vínculo entre o jovem e os seus pais, uma relação conjugal positiva, se as figuras de vinculação forem pró-sociais e se os fatores estruturais e os modelos educacionais forem favoráveis, a vinculação entre o adolescente e os seus pais será facilitada, assim como o investimento destes no jovem (Moreira, 2013).

As bases de comunicação e monitorização parental funcionam como protetores sociais contra o envolvimento em comportamentos de risco. Ao contrário, os jovens que apresentam um fraco sentido de eficácia de auto-regulação não são apenas menos bem-sucedidos em suportar a pressão dos amigos delinquentes, mas são relutantes em debater as suas ações delativas com os seus pais. Desta forma, pode-se concluir que uma fraca monitorização parental e baixo suporte de comunicação desempenham um papel facilitador das atividades delinquentes (Carvalho, 2011).

A estrutura familiar é composta tanto por fatores de proteção como por fatores de risco no que diz respeito ao desenvolvimento de uma conduta delincente no adolescente (Moreira, 2013).

De salientar também o grupo de pares e para a influência que estes têm sobre os jovens, para o desvio ou não de trajetórias antissociais. O facto de os jovens delinquentes serem oriundos de meios mais pobres, pode potenciar para delinquência juvenil, uma vez que os recursos institucionais são mais escassos e há uma menor qualidade de vida. Por norma, nos meios mais desfavorecidos há uma maior tendência para existir violência e a exposição dos jovens a estes meios pode contribuir para que futuramente estes também se tornem violentos (Carvalho, 2011).

Quando falamos em grupos de pares, a aceitação mútua entre ambos e o sentimento de pertença pode influenciar a sua trajetória futura, dependendo da orientação e dos valores defendidos entre estes. Os jovens podem iniciar a sua carreira de delinquentes de modo a poderem estar com os seus amigos, estando presentes os interesses coletivos e para poderem ser aceites e manterem as amizades.

Nota-se que os jovens participantes pertencentes a um grupo onde vigora as atividades sociais como o desporto ou pertencentes a coletividades da comunidade onde estão inseridos, têm menos fatores de risco do que os jovens em que o seu tempo livre é ocupado com manifestações de agressividade e comportamentos antissociais, tornando-se menos aceites pela comunidade, o que vai influenciar os aspetos identitários que cada um tem de si próprio.

A ligação com amigos delinquentes torna mais forte e consistente a relação com a delinquência, o grupo de amigos é importante para o desenvolvimento psicossocial pois consagra aos adolescentes um sentido de pertença, uma ajuda emocional e normas de comportamento. Assim, um grupo de amigos não delinquentes são um bom influenciador para a não delinquência, pelo contrário, um grupo de amigos com comportamentos anti-sociais torna-se facilitador da delinquência (Carvalho, 2011).

Resumidamente o comportamento dos jovens é altamente influenciado pelas ligações que desenvolvem com os seus grupos sociais essenciais nas suas vidas, seja família, amigos ou escola, sendo essas ligações o resultado e consequência do seu futuro comportamento.

Por ultimo e não menos importante, a escola aparece como um fator determinante para uma correta educação e socialização dos jovens, atuando como um inibidor da

delinquência, já que o êxito acadêmico e boas atitudes face à escola diminuem a delinquência (Browning e Huizinga, 1999, citado por, Carvalho, 2011).

O percurso escolar tem grande importância para o desenvolvimento das trajetórias entre os jovens participantes deste estudo, ou seja, os jovens com percurso acadêmico com aproveitamento escolar e valorização do mesmo, que primam por cada vez mais tirar melhores notas, desafiando-se a si mesmos por atingir essas metas, sentindo-se valorizados pela família por irem ao encontro das expectativas dos seus familiares, funciona como um fator protetor para trajetórias disfuncionais.

A escola é um local decisivo no ambiente dos jovens, é na escola que os jovens permanecem a maior parte do seu tempo, contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual, emocional e social.

Jovens com percurso escolar pautado pelo insucesso acadêmico e falta de estimulação por parte da família para o mesmo, deve ser alvo de atenção, pois podem estar a um passo do abandono escolar e desenvolver vários fatores de risco para a delinquência.

Segundo Farrington (1995), a falta à escola é uma variável que facilita o início da delinquência, devido ao facto de facilitar oportunidades adicionais para o mau comportamento. O insucesso escolar e um precoce abandono escolar funcionam como fatores facilitadores da delinquência (Borduin e Schaeffer, 1998; Farrington, 1992; Farrington, 1997; Huizinga, Loeber, Thornberry e Cothorn, 2000, citado por Carvalho, 2011).

Conclusão

É difícil determinar com rigor a origem da delinquência juvenil, pois a sua origem advém de múltiplas direções sendo complicado saber onde começa e quando poderá terminar. Cada vez mais se torna importante intervir junto dos jovens de modo a tentar diminuir a tendência para a delinquência juvenil ou diminuir os seus efeitos na sociedade (Moreira, 2013).

Assim, e de acordo com Kadin e Buela-Casal (2001) os adolescentes que manifestam uma conduta antissocial na infância têm grande probabilidade de desenvolver um comportamento criminal na idade adulta, por isso seria importante atuar o mais cedo possível, em idades mais precoces, de modo a “prevenir” a delinquência e os seus comportamentos. Como afirma Negreiros (2001), a delinquência é um fenómeno de

grande problematização social contra o qual se deve intervir de maneira a precaver os seus efeitos mais nefastos (citado por Sanches, 2014)

Para Assis e Constantino (2005), as estratégias de prevenção devem ser estruturadas com o objetivo de evitar ou minimizar os efeitos dos fatores de risco, amplamente já identificados pela literatura sobre o tema. Assim, as autoras destacam áreas de prevenção que têm mostrado impacto significativo na redução da delinquência juvenil, tais como a intervenção durante a gravidez e infância em famílias que se encontram em situação de risco, a realização de treino de competências parentais, programas de prevenção primária dos crimes e da violência realizados em escolas e intervenções precoces destinadas a jovens infratores que promovam a reabilitação e reinserção social, profissional e familiar (Zappe & dias, 2010).

A prioridade na intervenção de modo a reduzir ou minimizar trajetórias desviantes, deve passar pela família direta dos jovens, isto é, a ocupação dos tempos livres dos jovens adolescentes, deveria ser motivo de interesse dos pais, uma vez que sem supervisão adequada estes terão mais liberdade para se envolver em atividades que ofereçam fácil aceitação e sentimento de pertença, tais como grupos de pares desviantes (Negreiros, 2008, citado por Moreira, 2013).

Bocco e Lazzarotto (2004), na sua experiência de trabalho com adolescentes sob a perspetiva da análise institucional, salientam a necessidade de ampliar o olhar voltado para estes jovens, percebidos apenas como violentos e ameaçadores. Assim, para que uma intervenção seja bem-sucedida, é preciso rever essas crenças, elas questionam os lugares e os saberes naturalizados a respeito destes jovens, procurando novas formas de fazer psicologia e lidar com este público.

Costa, Guimarães, Pessina e Sudbrack (2007), descrevem uma metodologia de avaliação familiar numa perspetiva da *Single Session Work*. Esse trabalho é baseado numa única intervenção, que tem como potencial gerar informação, resgatar vínculos parentais, significar o ato delinquente, por ser uma intervenção crítica pontual e que reativa as potencialidades e criatividade tanto do adolescente, de sua família como da equipe técnica (Zappe & dias, 2010).

Silva (2003), refere que existem várias formas de prevenção da delinquência juvenil, a prevenção primária, que consiste em medidas que garantam os direitos fundamentais e políticas sociais básicas, como a saúde, a educação, o trabalho, a liberdade e a dignidade, sendo que quando estas políticas sociais falham dificilmente se consegue

combater a criminalidade. Por outro lado, a prevenção secundária passa por conselhos tutelares em programas que devem estar presentes e serem implementados dando enfoque aos de assistência educativa pelas comunidades locais.

A delinquência juvenil está relacionada com falhas das necessidades básicas levando à desestruturação da família, grupo de pares com condutas antissociais, ausência de escolaridade obrigatória e até abandono escolar, é importante que a prevenção secundária passe pela criação de programas de auxílio, apoio e orientação ao jovem e também à família. A prevenção terciária ocorre através da aplicação de medidas socioeducativas como forma de readaptar ou reeducar o jovem delinquente havendo alternativas para a privação de liberdade como programas de liberdade assistida, apoio e acompanhamento temporário, serviços à comunidade (Silva, 2003, citados por Martins, 2015).

Os estudos realizados por Patterson e colaboradores (1992) indicam outras categorias de análise de práticas educativas parentais, entre elas destacam-se a monitorização parental, a disciplina, a resolução de problemas, o reforço e a supervisão parental. A monitorização refere-se ao controle do comportamento, no sentido de saber onde o filho está, com quem e o que está a fazer. Esta estratégia tem-se mostrado importante pois reduz o risco do encorajamento da criança e adolescentes na adoção de comportamentos anti-sociais (Patterson et al., 1992, citados por Pacheco & hutz, 2009). Dentro dessa perspectiva, a estratégia educativa classificada como castigo ou privação de privilégios materiais, mesmo tendo um carácter coercivo é considerada como uma estratégia que pode diminuir a probabilidade de comportamentos inadequados ou prevenir a ocorrência destes, contribuindo para o desenvolvimento dos jovens (Pacheco & hutz, 2009, citado por Rosando, 2013).

Conte (1997) aponta como fatores protetores do desenvolvimento saudável das crianças e jovens o suporte parental com conduta calorosa, valorização pessoal da criança, demonstração de aceitação e apoio às suas iniciativas, encorajamento do desenvolvimento de competências sociais, frequente expressão de afeto positivo, apoio ao desenvolvimento da autonomia na forma de escolhas, uso de métodos disciplinares mais racionais e verbais ao invés de físicos, e pais como modelos socialmente competentes. Desta forma, comportamentos como brincar, apoiar e ajudar os filhos são habilidades sociais educativas que podem aproximar pais e filhos, criar um ambiente cooperativo e promover

repertórios socialmente hábeis nas crianças (bolsoni-silva & del Prette, 2003, citado por Rosando, 2013).

Brincar com os filhos desde o seu nascimento, é uma atividade dinâmica crucial para a saúde física, intelectual, social e emocional em todas as idades. A nível sócio emocional promove a capacidade de saber lidar e interagir com os outros e com o mundo, a lidar com os sentimentos, a comunicar, a tornarem-se crianças mais resilientes, com maior capacidade de auto-regulação e na aceitação das regras combatendo sentimentos de rejeição e frustração. A nível cognitivo, brincar cria diversas oportunidades para potenciar a capacidade de resolução de problemas, de tomada de decisões, de planeamento, organização e flexibilidade. Ao nível físico, além dos óbvios benefícios para a saúde, também promove o desenvolvimento de competências futuras. Na atualidade as atividades organizadas como o desporto, são essenciais para a criança aprender competências sociais e motoras, assim como atividades ligadas às artes são fundamentais para o desenvolvimento da criatividade e da expressão pessoal (Ribeiro, 2017).

A criança segue o modelo que lhe é apresentado diariamente como sendo único, estipulando a ideia de que é possível viver em conflito, imitando os comportamentos aprendidos e legitimando o uso de violência (Black, Sussman & Unger, 2010, citado por Moreira, 2013).

Um estilo de vida assente em condutas saudáveis irá afastar o jovem de trajetórias desviantes, assim como um estilo de vida rodeado de fatores de risco guiará a condutas de risco, comprometendo toda a vida futura do jovem. É, então, crucial reconhecer o quanto antes a presença dos fatores de risco e, simultaneamente, potenciar os fatores de proteção, minimizando desta forma o seu impacto no jovem. Seja qual for o cenário, o mais importante é a capacidade de resiliência do indivíduo perante as adversidades familiares (Moreira, 2013).

Em suma, os resultados do presente estudo apontam para que, na sua maioria, os adolescentes inseridos num meio familiar problemático onde as demonstrações de afeto e as relações de confiança são deficientes, venham a ter mais probabilidade de desenvolver comportamentos delinquentes do que os jovens que encontram na sua família figuras de vinculação seguras e um ambiente propício ao seu pleno desenvolvimento, o que praticamente anula o seu envolvimento em atividades delinquentes.

O conhecimento do estilo de vida dos adolescentes e das suas rotinas diárias parece ser essencial para a diminuição de comportamentos de risco e para o incremento de oportunidades de desenvolvimento dos jovens (Martins, 2015).

Considerações finais: limitações, sugestões e contributos.

Concluo esta Dissertação de Mestrado com algumas limitações e também mais-valias.

No que concerne às limitações neste estudo pode-se referir a aplicação do instrumento por parte do investigador e à sua falta de experiência neste tipo de estudos. A segunda limitação do estudo deve-se ao tamanho da amostra ser modesta e à introdução do género feminino para comparação com os jovens do estudo, todos do género masculino.

Existem diversos e imensos estudos realizados no âmbito da delinquência com jovens adolescentes, contudo este trabalho procurou introduzir algo de novo, como a comparação de histórias de vida de jovens delinquentes e de jovens normativos. Com isto, pode-se considerar este estudo como uma mais-valia, no sentido em que permite obter mais conhecimento nas trajetórias da delinquência comparativamente com os jovens “normativos”, assim como a identificação dos fatores de risco e de proteção para minimizar trajetórias desviantes nos jovens em geral.

Pese embora, o presente estudo seja sobretudo de carácter descritivo, considerámos que o mesmo se revelou particularmente útil na caracterização do funcionamento social, escolar, familiar da população jovem, permitindo assim identificar os fatores de risco para o desenvolvimento de condutas antissociais. Só desta forma será possível partir para a criação e implementação de estratégias de combate dos comportamentos problemáticos, antissociais e delinquentes (Martins, 2015).

Referências

- American Psychiatric Association (2014). Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais 5ª edição. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bandura, A. (1997). Self efficacy: The exercise of control. New York: Freeman, 1-15.
- Barros P., & Silva F. B. N. (2006). Origin and Maintenance of Aggressive Behavior in Childhood and Adolescence. *Revista brasileira de Terapias Cognitivas*, 2 (1), 55-66.
- Bonino S., Cattelino E., & Ciairanos S. (2003). *Adolescents and Risk: Behavior, Functions, and Protective Factors*. Translation from the original Italian title: Adolescenti e rischio, Giunti Editore S.p.A., Firenze – Milano.
- Braga T., & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência Juvenil: Da Caracterização à Intervenção, Journal of Child and Adolescent Psychology. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4 (1), 95-113.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa.
- Carvalho, A. F. N. (2011). *Análise dos fatores que levam os jovens a delinquir*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Carvalho R. G., & Novo R.F. (2013). Características da personalidade e relacionamento interpessoal na adolescência. *Avaliação Psicológica*, 12 (1), 27-36.
- Einstein E. (2005). *Adolescência: Definições, Conceitos e Critérios*, 2, (2) Junho.
- Ferreira T. H. S., Farias M. A., & Silvaes P. E. F. M., (2010). Adolescência Através dos Séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Abr-Jun, 26 (2), 227-234.
- Henriques, B. C. (2014). Comportamento Antissocial na Infância e Adolescência. *International Journal of Developmental and Educational Psychology, INFAD Revista de Psicología*, 1 (4), 83-92.
- Lerner R. M., & Steinberg L. (2009). *The Scientific Study of Adolescent Development: Historical and Contemporary Perspective*. Chapter October, pp. 3-12.

Marinho T. F. R. (2010). *Ilicitude e Delinquência na Adolescência: Estudo Exploratório*. (Projecto de Tese para Obtenção de Mestre) Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Martins A. (2015). *Estilos de Vida dos Adolescentes e seus Comportamentos Desviantes e/ou Delinquentes* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto.

Moffitt, T. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, 100 (4), 674-701.

Moreira, S. F. F. (2013). *A relação entre a ausência de suporte afetivo e a delinquência*. (Licenciatura em Criminologia). Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Nardi, F. L., & Dell'aglio D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13 (2), 69-77.

Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Ecological Contexts: Furthering Resilience, Risk and Protection Factors. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 25 (3), 405-416.

Ribeiro, L. (2017). *Liberdade para brincar*. Magazine notícias, 2 Julho n.1310. Retirado de <http://www.noticiasmagazine.pt/2017/brincar-filhos-familia/>.

Rosando, A. R. A. (2013). Perturbações do Comportamento na Infância e Adolescência: Uma revisão da literatura. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 4 (1), 117-126.

Sanches, T. S. (2014). *Vinculação, Reputação, e Delinquência, Qual a Relação? Um estudo com adolescentes*. (Dissertação de Mestrado). ISPA – Instituto Universitário.

Senna S. R. C. M., & Dessen M. A. (2012). Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Conceção Contemporânea da Adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Mar*, 28 (1), 101-108.

White, H.; Bates, M. e Buyske, S. (2001). Adolescence-Limited Versus Persistent Delinquency: Extending Moffitt's Hypothesis Into Adulthood. *Journal of Abnormal Psychology*, 110 (4), 600-609.

Zappe J. G., & Dias A. C. G. (2010). Delinquência Juvenil na Produção Científica Nacional: Distâncias entre Achados Científicos e Intervenções Concretas, (33).